



Município de Porto Moniz
Divisão Administrativa

Clausulado Contratual

----Contrato de “Prestação de serviços de análise de águas para consumo humano, no Município de Porto Moniz”-----

Entre: -----

João Emanuel Silva Câmara, titular do cartão do cidadão n.º 5469893 6 ZY5, válido até 08-10-2018, número de identificação fiscal n.º 106484133, outorgando na qualidade de Presidente de Câmara, conforme ata de tomada de posse do dia 21 de outubro de 2013, e em representação do MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ, com sede à Praça do Lyra, Vila, Porto Moniz, número de identificação de pessoa colectiva n.º 511239068, como **Primeiro Outorgante**, -

e -----

José Manuel Leitão Sardinha, titular do cartão do cidadão n.º 0773363 1ZY1, válido até 17-05-2016, NIF n.º 145351351, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas titular do cartão do cidadão n.º 04353651 4ZY9, válido até 05-05-2016, NIF n.º 151893918, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da sociedade EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A., NIPC n.º 500906840, comprovados por Certidão Permanente número 0015-7785-6162, subscrita em 03-12-2013 e válida até 03-12-2017, cuja respectiva cópia fica arquivada no Município de Porto Moniz, como **Segundos Outorgantes**, -----

Tendo em conta: -----

- a) A decisão de adjudicação por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 15 de abril de 2015, relativa ao procedimento de ajuste directo com convite para a prestação do serviço de «**Prestação de serviços de análise de águas para consumo humano, no Município de Porto Moniz**». -----
- b) Que a despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação Orçamental – Classificação Orgânica 0102, aprovado em sede de Assembleia Municipal de Porto Moniz, a 12 de dezembro de 2014: Classificação Económica 020220 - Outros trabalhos especializados, com as



Município de Porto Moniz

Divisão Administrativa

dotações confirmadas pelo cabimento n.º 14/2015 e com o compromisso n.º 407/2015, de 15 de abril de 2015 e com autorização plurianual genérica. ----

c) O ato de aprovação da minuta do contrato foi efetuado, por despacho do Presidente da Câmara de 15 de abril de 2015; -----

d) Que nos termos do n.º 2 do Artigo 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução. -----

É celebrado o presente contrato, nos termos das seguintes cláusulas: ----

Cláusula 1.ª

Objecto do Contrato

O Segundo Outorgante obriga-se a fornecer ao Primeiro Outorgante os seguintes serviços: -----

Prestação de serviços de análise de águas para consumo humano, no município de Porto Moniz, de acordo com os elementos especificados no Caderno de Encargos. -----

Cláusula 2.ª

Preço Contratual

Pela prestação do serviço previsto na cláusula anterior, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de **€ 26.541,24** (vinte e seis mil quinhentos e quarenta e um euros e vinte e quatro cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, nas condições constantes do respectivo convite e restante documentação processual atinente, cujo teor os outorgantes têm conhecimento integral, pelo que é dispensada a sua leitura, que fica arquivada na sede do Município de Porto Moniz e que é parte integrante deste contrato. -----

A entidade adjudicatária declara aceitar para si este contrato nas condições estabelecidas, a cujo cumprimento se obriga perante as justiças do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, onde escolhe domicílio para este fim, com renúncia de quaisquer direitos em contrário. -----



Município de Porto Moniz

Divisão Administrativa

Cláusula 3.^a


Prazo de Execução

O Segundo Outorgante obriga-se a prestar o serviço pelo prazo de três anos, salvo denúncia de qualquer das partes, comunicada por escrito e com a antecedência mínima de 60 dias em relação à data do respectivo termo. Consideram-se partes integrantes deste contrato os documentos previstos no n.º 2 do art. 96.º, bem como todas as peças que se refiram no título contratual - O presente contrato foi lido aos outorgantes, em voz alta, na presença simultânea de todos, que depois vai ser assinado, em duplicado, pelas partes, ficando cada uma delas com um exemplar. -----

Este contrato está dispensado de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas nos termos da legislação aplicável -----

Porto Moniz, 13 de maio de 2015,

Primeiro Outorgante,


(João Emanuel Silva Câmara)

Segundos Outorgantes,


(José Manuel Leitão Sardinha)


(Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas)